

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 22/Set



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3482 - Ano 2025

ALAGOAS



O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas realizou, neste sábado (20), uma importante reunião que reuniu todos os diretores da capital e do interior. O encontro teve como objetivo debater pautas centrais para a categoria, abordando temas que impactam diretamente a vida do vigilante e de suas famílias, como aposentadoria especial, porte de arma para o vigilante, estatuto da segurança privada e a campanha salarial 2026.

A reunião contou com a presença dos companheiros dirigentes do Sindvigilantes de Sergipe, fortalecendo a troca de experiências e estratégias conjuntas que ampliam a luta da categoria. A união entre os sindicatos foi ressaltada como essencial para garantir conquistas reais e duradouras.

Outro destaque foi a participação do presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, e do assessor da entidade, Iran Marcolino, que trouxeram reflexões e orientações sobre os desafios que atingem os vigilantes em todo o Brasil, reforçando a necessidade de organização e resistência diante das mudanças no cenário nacional da segurança privada.

O encontro também contou com a presença do deputado estadual Ronaldo Medeiros, que apresentou informações sobre o atual cenário político e reforçou seu apoio às demandas da categoria, estreitando os laços com o sindicato.

Para a presidenta do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, Mônica Lopes, a reunião reafirma o compromisso da entidade com os trabalhadores: "Estamos construindo, junto com nossos diretores, sindicatos parceiros e a CNTV, uma agenda de luta que coloca a categoria em primeiro lugar. Esse momento é fundamental para fortalecer a união e garantir que nossos vigilantes tenham mais direitos, valorização e dignidade no exercício da profissão", destacou.



NATAL, 22/09/2025

SindForte

Sindicato Estadual dos Trabalhadores Vigilantes em Transporte de Valores Carro Forte, Escolta Armada, Carro Leve(Atm) Trabalhadores do Caixa Forte e Tesouraria Bancária na (Guarda e Contagem de Valores) do Estado do Rio Grande do Norte



SindForte/RN se reúne com outros sindicatos em Maceió, na pauta negociações salariais

Nesta sexta-feira, 19, uma delegação do SindForte/RN esteve presente na capital alagoana, Maceió, para participar de uma importante reunião com lideranças sindicais do Nordeste. A comitiva foi formada pelo presidente Antônio Fernandes, pelo secretário-geral Rômulo Pessoa e pelo diretor administrativo Denilson Barbosa. O encontro contou também com a participação de companheiros de outros estados, entre eles Mônica Lopes, presidente do Sindicato de Alagoas, Reginaldo Gonçalves, representando o Sindvigilante/SE, Edmir Bernardo, de Campina Grande/PB, e Alison Monteiro, de João Pessoa/PB. Juntos, esses dirigentes atuam de forma articulada para fortalecer as pautas regionais e nacionais da categoria. A presidência da comissão de negociação ficou a cargo de José Cícero Ferreira, figura reconhecida pela experiência e capacidade de diálogo em mesas de negociação. O grupo reafirmou o compromisso de defender os interesses dos vigilantes. Outro ponto de destaque foi a presença da Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV, representada pelo seu presidente José Boaventura, que reforçou o apoio institucional e político às

demandas apresentadas.

A reunião teve como objetivo central dar início às tratativas e estratégias que servirão de base para as negociações coletivas, buscando avanços salariais, melhores condições de trabalho e garantia de direitos já conquistados. Foram debatidas ainda questões relacionadas à jornada de trabalho, segurança nas operações e valorização da mão de obra, temas considerados fundamentais para assegurar dignidade e reconhecimento profissional.

Outro ponto abordado foi a necessidade de comunicação direta com a base, para que os trabalhadores estejam informados sobre cada etapa do processo e possam participar ativamente das decisões. A delegação do SindForte/RN destacou a relevância de encontros presenciais como este, que permitem a troca de experiências e o alinhamento de estratégias comuns.

"Não foi somente mais uma reunião, foi um encontro de lideranças sindicais que juntas se fortalecem e lutam para a preservação e conquistas dos direitos dos vigilantes", completou Antônio Fernandes, presidente do SindForte/RN.

SEPARADOS SOMOS FRACOS, UNIDOS SOMOS IMBATÍVEIS



FEIRA DE SANTANA / BA

INFORME SINDICAL 1



A diretoria do Sindvigilantes Bahia e do Sindvigilantes de Feira de Santana se reuniu nesta sexta-feira (19) na Superintendência do

INSS em Feira de Santana. O encontro contou ainda com a presença do representante da empresa Gestalt e do gerente regional do INSS, Fernando Nunes.

A reunião teve como pauta principal as rescisões e demais verbas trabalhistas dos vigilantes que terão seus contratos encerrados com a empresa Gestalt a partir do próximo dia 20 de setembro.

A atuação conjunta dos sindicatos demonstra, mais uma vez, o compromisso em defender os direitos da categoria, assegurando que todos os trabalhadores recebam corretamente o que lhes é devido. O objetivo é garantir que as demandas sejam tratadas com seriedade, transparência e respeito à dignidade dos vigilantes.

FONTE: SINDICATO DOS VIGILANTES DE FEIRA DE SANTANA

INFORME SINDICAL 2



No dia 20 de setembro de 2025, a empresa Protemaxi está assumindo o contrato INSS em substituição a Gestalt que encerrou o seu vínculo. Vamos estar acompanhando e fiscalizando.

O sindicato dos vigilantes de Feira de Santana está convidando os vigilantes do INSS, ex-Gestalt para uma reunião nos dias, 22 e 23/09/2025 às 08:30, na sede do sindicato, para passar informações sobre o pagamento das verbas rescisórias.

Informamos que ficou acertado na reunião que tivemos na sexta-feira dia 19/09 no INSS com o gerente Fernando e o representante da empresa, de que seria liberado o FGTS para saque, e a documentação do seguro desemprego.

Sindicato sempre na luta cobrando nossos direitos.

FONTE: SINDICATO DOS VIGILANTES DE FEIRA DE SANTANA

Projeto de lei quer serviços extrajornada remunerados para PMs

As demissões atingiram aproximadamente mil trabalhadores do Centro Tecnológico (CT), CEIC e Faria Lima, que trabalhavam em regime híbrido ou integralmente remoto



João Henrique Catan, deputado estadual pelo PL.
(Foto: Luciana Nassar, Midiamax)

Um projeto de lei protocolado na Aems (Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul) quer a autorização para que PMs (policiais militares) possam prestar serviços extrajornada remunerados em atividades externas às suas funções regulares, desde que haja autorização prévia da autoridade competente. E, também, pretende regulamentar a jornada extraordinária remunerada.

A proposta, de autoria de João Henrique Catan (PL), é uma emenda substitutiva integral ao Projeto de Lei Complementar 008/2025, de autoria dele.

Assim, entre as atividades previstas, estão segurança privada, escolta particular, vigilância em eventos e outras funções correlatas. A proposta estabelece que tais serviços devem observar limites legais e regulamentares, além de garantir controle e fiscalização por parte do Estado.

Segundo o parlamentar, a medida busca valorizar os policiais militares, possibilitando reconhecimento financeiro por meio de funções adicionais que aproveitam sua experiência e qualificação técnica, sem prejuízo das atividades essenciais de segurança pública. “Ao regulamentar e autorizar formalmente essas atividades, o projeto de lei busca trazer maior transparência e segurança jurídica, além de proteger os policiais contra situações de informalidade”, disse, na justificativa do texto.

A proposta também prevê que a remuneração seja feita por meio de diárias ou indenizações específicas, sem incorporação ao vencimento-base. O objetivo é assegurar responsabilidade fiscal e previdenciária, além de evitar impacto permanente na folha salarial.

O projeto de lei será analisado pela CCJR (Comissão de Constituição, Justiça e Redação).

FONTE: MIDIA MAX - Renata Volpe

Governo Federal amplia direitos para terceirizados: menos horas de trabalho e mais previsibilidade de férias

Novas normas ampliam categorias beneficiadas com a redução da carga horária, garantem planejamento antecipado das férias e definem a aplicação do critério de desempate em licitações públicas para empresas que promovem a igualdade entre mulheres e homens



Foto: Ricardo Stuckert / PR

O Governo Federal, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), vem implementando, desde 2023, medidas inovadoras que asseguram mais proteção social, oportunidades e condições de trabalho mais dignas para profissionais terceirizados que atuam na Administração Pública Federal. Com a publicação de três novos normativos, os direitos e benefícios desses trabalhadores e trabalhadoras foram ampliados.

As normas abrangem a redução da jornada para 40 horas semanais em mais categorias, a garantia de planejamento antecipado das férias e a aplicação do critério de desempate em licitações públicas para empresas que promovem a igualdade de gênero.

Com essa ampliação, o Governo Federal dá mais um passo importante na regulamentação do Decreto nº 12.174/2024, assinado pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e pela ministra da Gestão, Esther Dweck. O decreto busca fortalecer a proteção e melhorar as condições de trabalho dos prestadores de serviços terceirizados na Administração Pública.

As medidas não apenas modernizam os contratos administrativos, mas também fortalecem as relações trabalhistas, assegurando um ambiente mais justo para trabalhadores e trabalhadoras que desempenham funções essenciais no serviço público.

Redução de Jornada

A Instrução Normativa (IN) nº 381/2025 amplia o rol de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra na Administração Pública Federal contemplados com a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais.

Passam a ser beneficiados trabalhadores de limpeza e conservação, copeiros, garçons, recepcionistas, arquivistas, museólogos, técnicos em biblioteconomia e bibliotecários.

Ao todo, cerca de 19 mil pessoas já contam com a redução da carga horária. Categorias como apoio administrativo, secretariado, arquivologia, jardinagem e lavagem de veículos já haviam sido contempladas anteriormente.

Férias planejadas

A Instrução Normativa (IN) nº 213/2025 garante mais previsibilidade, tranquilidade e respeito aos direitos de trabalhadores e trabalhadoras terceirizados.

A regra vale para contratos com dedicação exclusiva de mão de obra na Administração Pública Federal e exige que as empresas planejem as férias com, no mínimo, 60 dias de antecedência em relação à data em que o empregado completa cada novo ciclo de 12 meses de trabalho, correspondente ao chamado período aquisitivo.

O objetivo é evitar que o trabalhador seja avisado em cima da hora ou deixe de usufruir das férias, recebendo apenas a indenização em dinheiro. A norma também determina que, nos últimos 12 meses de contrato, as empresas assegurem que todos que já estejam no período concessivo — ou que entrem nele — tirem as férias antes do fim da vigência.

A medida contribui para reduzir pagamentos indenizatórios e garante o descanso, evitando que o trabalhador inicie um novo vínculo sem usufruir férias, o que o obrigaria a cumprir novamente o período aquisitivo.

O texto ainda dá prioridade a trabalhadores com filhos, enteados ou pessoas sob guarda de até seis anos ou com deficiência, além daqueles incluídos no público prioritário da Política Nacional de Cuidados, como idosos e pessoas com deficiência.

Mais equidade em licitações públicas

A Instrução Normativa nº 382/2025 regulamenta a aplicação do critério de desempate em licitações públicas previsto na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) e no Decreto nº 11.430/2023.

Com isso, em caso de propostas com preços e condições iguais, terão preferência as empresas que comprovarem ações de promoção da equidade de gênero no ambiente de trabalho.

Entre as iniciativas consideradas válidas estão: incentivo à ascensão de mulheres a cargos de liderança, promoção da paridade salarial, enfrentamento ao assédio e programas voltados à diversidade, saúde e segurança, levando em conta as necessidades de cada gênero.

Segundo o IBGE, as mulheres no Brasil ainda recebem, em média, 78% do salário dos homens, mesmo quando ocupam as mesmas funções. A medida busca ajudar a reverter esse cenário, valorizando empresas com compromisso social.

Valorização e bem-estar

Juliane Alves, secretária-executiva no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), é uma das trabalhadoras já beneficiadas pelas medidas.

Mãe de gêmeos, ela destaca que a redução da jornada para 40 horas semanais trouxe equilíbrio à sua rotina. Antes, precisava recorrer à mãe para buscar os filhos na escola ao menos duas vezes por semana. Agora, consegue estar mais presente no dia a dia das crianças.

“Isso equilibrou totalmente a minha rotina de trabalho e das crianças na escola. São ‘só’ quatro horas a menos, mas para mim significam muito. Dentro da minha rotina, fez toda a diferença”, contou Juliane.

Ela avalia a iniciativa do governo federal como um avanço significativo: “Para a gente, mulher e mãe, é uma conquista ímpar. Espero que essa oportunidade chegue a todos os trabalhadores terceirizados.”

Fonte: MTE

Caixa lucrou R\$ 9,784 bilhões no primeiro semestre

Resultado representa um crescimento de 70,22% em relação ao mesmo período de 2024



A Caixa Econômica Federal divulgou, nesta quarta-feira (17), logo após o fechamento do mercado, os resultados referentes ao primeiro semestre de 2025. O lucro líquido contábil no período chegou a R\$ 9,784 bilhões, o que representa um crescimento de 70,22% em relação aos seis primeiros meses de 2024, quando o lucro da Caixa foi de R\$ 5,748 bilhões.

“O banco precisa valorizar mais seus empregados e empregadas, que sempre conseguem entregar bons resultados, mesmo com os inúmeros problemas que precisam superar, seja nos sistemas, que falham

constantemente, seja na falta de dinheiro para o fornecimento de crédito, seja pela sobrecarga”, pontuou o coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Felipe Pacheco.

Saúde Caixa

“Uma boa forma de reconhecer o empenho dos trabalhadores seria o banco retirar o teto dos seus gastos com a saúde do quadro de pessoal, fixado no Estatuto Social, pela própria Caixa, em 6,5% da folha salarial”, avaliou Felipe. “Os empregados já estão sufocados pelos valores que precisam pagar pelas mensalidades do Saúde Caixa. E neste ano tem negociação

para a renovação do acordo do plano de saúde. Se esse teto for excluído, a Caixa pode voltar a arcar com 70% dos custos, que é o percentual permitido pelos órgãos reguladores”, completou o coordenador da CEE, ao lembrar que na sexta-feira (19), tem reunião com o banco para dar continuidade às negociações para a renovação do acordo.

PLR

Com a divulgação do resultado do semestre, o banco também já pode pagar aos empregados a primeira parcela da PLR. Conforme está definido no ACT da PLR, a data limite para pagamento é 30 de setembro.

“A Contraf-CUT solicitou a antecipação do pagamento e esperamos que a PLR seja paga na sexta-feira (19), juntamente com o salário. Até mesmo para facilitar os trâmites operacionais”, disse.

Fonte: CONTRAF

TST dá posse nesta quinta-feira (25) à nova administração

Ministro Vieira de Mello Filho assume a Presidência do Tribunal



O Tribunal Superior do Trabalho realiza, nesta quinta-feira (25), a sessão solene de posse da nova administração para o biênio 2025/2027. A cerimônia será às 17h, no auditório Ministro

Arnaldo Lopes Sússekind, no térreo do bloco B do edifício-sede do TST, e será transmitida ao vivo pela TV Justiça e pelo canal do TST no YouTube.

A Presidência da Corte será comandada pelo ministro Vieira de Mello Filho, a Vice-Presidência pelo ministro Caputo Bastos e a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho pelo ministro José Roberto Pimenta. Eles foram eleitos pelo Tribunal Pleno em 4 de agosto e vão suceder a atual administração, formada pelos ministros Aloysio Corrêa da Veiga (presidente), Maurício Godinho Delgado (vice-presidente) e Vieira de Mello Filho (corregedor-geral)

Expediente

Em razão da solenidade, o expediente do TST no dia 25/9 será das 7 às 14h. A Secretaria-Geral Judiciária, a Coordenadoria de Cadastramento Processual, a Coordenadoria de Processos Eletrônicos e a Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos manterão plantão para atendimento ao público das 13 às 19 horas.

Credenciamento de imprensa

Profissionais de veículos de comunicação e assessores de imprensa que desejarem cobrir a posse do TST devem solicitar credenciamento por meio deste formulário. É necessário anexar a documentação solicitada.

As equipes de TV e os fotógrafos dos veículos de comunicação também deverão se credenciar para ter acesso ao auditório onde ocorrerá a cerimônia.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

Conheça os integrantes da próxima administração.

Ministro Vieira de Mello Filho

Natural de Belo Horizonte (MG), é ministro do TST desde 2006 e formado em Direito pela UFMG. Ingressou na magistratura em 1987 e atuou como desembargador no TRT da 3ª Região antes de chegar ao TST. Foi diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat) entre 2018 e 2020 e vice-presidente do TST de 2020 a 2022. Também representou o Tribunal no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2021 a 2023. Ocupou na gestão anterior o cargo de corregedor-geral da Justiça do Trabalho. Confira o currículo completo.

Ministro Caputo Bastos

Nascido em Juiz de Fora (MG), é graduado em Ciências Econômicas pelo UniCEUB e em Direito pela UnB, com pós-graduações na área trabalhista e doutorado em Direito Desportivo. Ingressou na magistratura em 1989 e chegou ao TST em 2007. Foi corregedor-geral em 2022 e hoje representa o Tribunal no CNJ. Confira o currículo completo.

Ministro José Roberto Pimenta

Natural de São Sebastião do Paraíso (MG), é formado, especialista e doutor em Direito Constitucional pela UFMG. Atuou na magistratura trabalhista em Minas Gerais por mais de 20 anos, até ser nomeado ministro do TST em 2010. Também foi professor de pós-graduação em Direito na PUC-Minas até 2017 e, desde 2018, leciona no UDF. Confira o currículo completo.

FONTE: TST (Flávia Félix/CF)

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF